



O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA, AS PEQUENAS LOCALIDADES E SEUS GRANDES DESAFIOS NO ESTADO DO PARANÁ

Juliana Carolina Teixeira ¹
Ângela Maria Endlich ²

RESUMO

O objetivo do trabalho foi levantar as manifestações de turismo de base comunitária (TBC) no Estado do Paraná em pequenas localidades e caracterizar as pequenas localidades e as manifestações de TBC destacadas na pesquisa. Esses objetivos derivam da tese de doutorado que busca refletir sobre os efeitos do TBC para o desenvolvimento de pequenas localidades levando em consideração que o modelo clássico de turismo é mais concentrador, excludente e prioriza as grandes e médias cidades, conforme analisou Alves (2018). Ao mesmo tempo, existem lacunas de pesquisa sobre o tema no Estado do Paraná que demandam mapeamento das iniciativas e os efeitos desse modelo nas realidades onde se localizam. Para o levantamento das iniciativas foram realizadas pesquisas na literatura sobre o tema e contato com instituições e profissionais da área. Para a caracterização dos municípios levantamos o porte demográfico e índices como: Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM); Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), Índice de Gini; Índice de Exclusão Social; números de estabelecimentos, ocupação formal e participação relativa na economia das atividades características do turismo (ACT's). Para a caracterização das manifestações buscamos dados na literatura. Os resultados apontaram que o maior número de municípios com iniciativas de TBC são os de pequeno porte demográfico e seus maiores desafios são a geração de trabalho e renda; manutenção dos jovens nas localidades e, que embora timidamente, os números do turismo nos pequenos municípios estão crescendo como mais uma alternativa de desenvolvimento.

Palavras-chave: Mapeamento do TBC no Estado do Paraná; pequenos municípios/localidades;

RESUMEN

El objetivo del trabajo fue relevar las manifestaciones del turismo comunitario (TBC) en el Estado de Paraná en pequeñas localidades y caracterizar las pequeñas localidades y manifestaciones de TBC destacadas en la investigación. Estos objetivos derivan de la tesis doctoral que busca reflexionar sobre los efectos de TBC en el desarrollo de los pequeños pueblos, teniendo en cuenta que el modelo clásico de turismo es más concentrador, excluyente y prioriza las grandes y medianas ciudades, según analiza Alves. (2018). Al mismo tiempo, existen vacíos de investigación sobre el tema en el Estado de Paraná que demandan un mapeo de iniciativas en el

¹ Pós-graduanda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá – UEM / Docente do curso de Turismo da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, julianatma@gmail.com.

² Doutora em Geografia, UNESP. Docente da Universidade Estadual de Maringá-PR, amendlich@gmail.com.



Estado y los efectos de este modelo para las realidades donde se ubican. Para el relevamiento de las iniciativas, se realizó una investigación en la literatura sobre el tema; contacto con instituciones y profesionales. Para la caracterización de los municipios encuestamos el tamaño demográfico e índices como: Índice de Desarrollo Municipal de Firjan (IFDM); Índice de Desarrollo Humano Municipal (IDH-M), Índice de Gini; Índice de exclusión social; número de establecimientos, ocupación formal y participación relativa en la economía de las actividades características de turismo (ACT's). Para la caracterización de las manifestaciones se buscaron datos en la literatura. Los resultados mostraron que la mayor cantidad de municipios con iniciativas de TBC son pequeños demográficamente y sus mayores desafíos son la generación de trabajo e ingresos; el mantenimiento de los jóvenes en las localidades y, aunque tímidamente, las cifras de turismo en los pequeños municipios están creciendo como otra alternativa de desarrollo.

Palabras clave: Mapeo de TBC en el Estado de Paraná; pequeños municipios / pueblos; retos.

INTRODUÇÃO

Observamos que as pequenas localidades em um contexto mundial têm adotado o turismo como ferramenta para vencer desafios a elas impostos como a escassez de trabalho e renda. Porém, no modelo do turismo tradicional a realidade de pequenas localidades com recursos e/ou atrativos turísticos, em alguns casos, está aquém do desenvolvimento captado por médias e grandes cidades. Isso porque, o fluxo de turistas que visita os atrativos de pequenas localidades nem sempre permanece por muito tempo em razão da infraestrutura deficitária, ou até mesmo inexistente, fazendo com que ele se direcione para os centros maiores. Sobre isso Alves (2018) afirma que municípios de pequeno porte demográfico ficam com poucos resultados da atividade turística, pois, “[...] Mesmo que os municípios pequenos tenham atrativos, a estrutura hoteleira e demais serviços turísticos ficam concentrados em centros maiores” (ALVES, 2018, 261). As pequenas localidades e suas comunidades, portanto, ficam marginalizadas do circuito central da atividade turística.

Nesse contexto, comunidades de pequenas localidades tem adotado um modelo de gestão diferente do turismo tradicional conhecido como turismo de base comunitária (TBC). Esse modelo busca, a inserção dessas localidades na atividade turística e tendo o planejamento e a gestão nas mãos das comunidades locais. O TBC, surge, portanto, não como um segmento turístico, mas como um modelo de gestão baseado no protagonismo dessas comunidades. Dessa forma, esse modelo se torna ferramenta de grupos marginalizados para ter voz e, como atividade humana e social, promove a troca entre as mais diversas culturas e o conhecimento entre elas (GRIM; SAMPAIO, 2013). É possível observar, portanto, pequenas localidades que tentam vencer a debilidade econômica com



as crescentes taxas de desemprego auxiliando nas necessidades trabalhistas, de fortalecimento do empreendedorismo local e em defesa de seus territórios e de seu patrimônio por meio do TBC.

Pesquisas têm sido difundidas para tratar das manifestações de TBC no mundo e no Brasil com diferentes abordagens. Porém, observamos que existem lacunas sobre levantamos e reflexões que tratem dos resultados que o TBC tem trazido para as pequenas localidades quanto a sua dimensão social, assim como destacou Cabanilla (2016) e, observamos que mais especificamente no Estado do Paraná existe uma lacuna sobre o mapeamento das manifestações existentes no Estado, sua caracterização, bem como seus resultados sociais para as pequenas localidades. Essa observação com relação ao Paraná e a inclinação sobre os estudos nesse recorte também está relacionado com os trabalhos de pesquisa das autoras sobre turismo e pequenas localidades no Estado e é parte integrante da tese de doutoramento de uma das autoras que está em andamento sobre o referido tema. Com base em todo o contexto apresentado questionamos na tese de doutoramento sobre as contribuições sociais do TBC em pequenas localidades no Estado do Paraná. O que revelam as manifestações existentes?

Para atender ao problema de pesquisa, para a tese, definimos como objetivo geral: Contribuir com as reflexões acerca dos alcances do turismo para o desenvolvimento de pequenas localidades quanto à sua dimensão social no Estado do Paraná. Como objetivos específicos ficaram definidos: a) Levantar as manifestações de TBC no Estado do Paraná em pequenas localidades; b) Caracterizar as pequenas localidades e as manifestações destacadas na pesquisa; c) Avaliar os limites e possibilidades do turismo de base comunitária para o desenvolvimento em pequenas localidades. Portanto, para este trabalho buscamos atender aos dois primeiros objetivos específicos da tese. Para atender os objetivos levantamos as iniciativas de TBC por meio da literatura, instituições, pesquisadores e profissionais que trabalham direta ou indiretamente com o setor. Para caracterizar as pequenas localidades onde se localizam as iniciativas identificadas levantamos índices e números do turismo para compreender melhor a realidade dessas localidades. Para caracterizar as manifestações de TBC levantamos dados da literatura.

METODOLOGIA



A primeira ação do trabalho foi a pesquisa de gabinete que possibilitou o levantamento, análise, seleção e refinamento da literatura pertinente, por meio de documentação indireta de fontes secundárias que abordavam os temas relacionados a essa pesquisa. Para o levantamento das informações coletadas na literatura foram utilizados livros, teses, dissertações e artigos científicos localizados em periódicos especializados. Nesse primeiro momento a construção da revisão literária teve como objetivo compreender com maior aprofundamento o turismo de base comunitária.

Para contemplar o primeiro objetivo específico da pesquisa levantamos artigos científicos indexados em base de dados de livre acesso que abordavam as manifestações de TBC no Estado do Paraná em pequenas localidades. As bases de dados consultados foram o portal de periódicos da CAPES; SciELO; Google Scholar; Publicações de Turismo; entre outros. As palavras-chave para a busca foram *Turismo de base comunitária*, *Estado do Paraná* e *comunidades locais* e *pequenas localidades*. Também foram pesquisados trabalhos científicos como dissertações e teses sobre o tema. Buscamos, portanto, mapear as manifestações de turismo de base comunitária no Paraná, destacando as sediadas em pequenas localidades. Para além do levantamento na literatura buscamos dados em sites, redes sociais, e demais páginas na internet que apresentassem iniciativas de turismo geridas por comunidades locais. Por fim, um terceiro caminho foi entrar em contato com instituições como a Paraná Turismo; as Instâncias de Governança do Turismo das regiões turísticas do Paraná; o Instituto de Desenvolvimento Rural; pesquisadores e profissionais da área.

Para atingir o segundo objetivo específico caracterizamos as pequenas localidades que abrigam iniciativas de TBC identificadas durante o primeiro levantamento. Essa caracterização consistiu no mapeamento das pequenas localidades; porte demográfico (consultado pelo censo demográfico de 2010) (IBGE, 2021); levantamento e reflexão sobre índices sociais que forneceram maiores dados para compreender a realidade desses municípios. Foram levantados quatro diferentes índices: o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) (IFDM, 2016); o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) (AtlasBr; 2010); o Índice de Gini (IBGE, 2003) e o Índice de Exclusão Social (GUERRA; POCHMANN; SILVA, 2014). Para além dos índices levantamos o número de estabelecimentos referentes as atividades características do



turismo (ACT's); o número formal de empregos e a participação relativa na economia municipal do turismo (IPEA, 2019).

Posteriormente caracterizamos as manifestações de TBC, pinçando essas informações da literatura, identificando como funciona a organização local; quais atores estão envolvidos; quais desafios as comunidades buscam enfrentar com esse modelo; entre outros dados.

REFERENCIAL TEÓRICO

Muitas comunidades locais constroem atualmente um novo modelo de gestão conhecido como turismo de base comunitária (TBC), como uma forma de mudar o cenário de degradação e segregação das comunidades locais. A necessidade de combater a pobreza e fortalecer o patrimônio comunitário (natural e sociocultural) observou no TBC uma forma de desenvolvimento diferente do modelo vigente. Sobre esse tema Giampiccoli e Kalis (2012) ao discutirem a realidade do TBC em uma localidade sul-africana apontaram que esse modelo pode alterar as condições socioeconômicas de uma localidade ao adotar relações de poder igualitárias e cooperativas. A literatura aponta que em países em desenvolvimento o TBC possui uma tendência em se estabelecer em áreas rurais e que o foco das pesquisas está, em sua maioria, no TBC em áreas rurais de países pobres (GIAMPICCOLI; KALIS, 2012). Isso ocorre, pois, o TBC surge como possível saída para a pobreza das comunidades nessas localidades. Maldonado (2009) tratou dessa questão, ao discutir o TBC na América Latina, que começa a ser observado no continente em meados da década de 1980. Muitos são os fatores que, segundo o autor, deram origem a essas atividades como as de ordem econômica, social, cultural e política.

Para Maldonado (2009) uma das causas do surgimento do TBC na América Latina são as constantes pressões do mercado mundial sobre as comunidades locais (principalmente as indígenas e rurais) e seus patrimônios. Essas pressões surgem em razão da crescente tendência sobre o uso desses patrimônios naturais e socioculturais. Maldonado (2009) segue ainda citando mais três fatores. O segundo deles se caracteriza pelas necessidades econômicas e trabalhistas das comunidades em busca da amenização de sua situação de pobreza crônica. O terceiro fator está relacionado ao papel das pequenas e microempresas no desenvolvimento local e na diversificação da oferta turística que passa a se dinamizar com o TBC. O quarto fator está intimamente ligado as



lutas políticas dos movimentos indígenas e rural que se utilizam do TBC como ferramenta de manutenção e preservação de seus territórios e de suas identidades frente ao avanço do capital e da homogeneização promovida pela globalização que sobre eles avança. Esses fatores foram observados na experiência latino-americana, porém, pode-se observar na literatura que esses mesmos fatores aparecem em maior ou menor grau nas demais experiências de TBC espalhadas pelo mundo.

É necessário ressaltar que para Maldonado (2009) a iniciativa de TBC é parte da economia social que não possui como finalidade o lucro, mas sim propiciar meios de vida para seus membros, buscar a distribuição igualitária dos benefícios e valorizar o patrimônio comunitário. O turismo de base comunitária nas discussões que buscam seu entendimento, para o qual ainda não há consenso teórico-conceitual bem estabelecido, apresenta como característica central o empoderamento da comunidade local. É com base no protagonismo local que se busca a equidade, a valorização e manejo do patrimônio natural e sociocultural, a troca de experiências mútuas sempre baseada em uma economia social e solidária.

Nessa perspectiva, muitos pesquisadores do tema apontam o turismo de base comunitária como um modelo de planejamento e gestão do turismo em pequenas localidades tendo o protagonismo das comunidades como base para a busca do desenvolvimento local. Sendo um modelo de planejamento e gestão o TBC não se enquadra como um segmento de turismo. Em razão de suas características, esse modelo pode ser confundido como um segmento quando é utilizado, também, como ferramenta de *marketing*. Isso ocorre porque os princípios do TBC chamam cada vez mais a atenção uma demanda turística interessada em realizar viagens que proporcionem uma troca de experiências com a comunidade local.

Para Bursztyn (2005) o ponto central do TBC é o modelo equitativo de turismo que coloca a população local no cerne do planejamento, da implementação e do monitoramento da atividade. Como não se trata de um segmento específico do turismo, essas experiências podem ser encontradas no campo ou na cidade e ofertadas para os diversos grupos de interesse. Dessa forma, o TBC pode ser organizado em experiências de ecoturismo, turismo de aventura, turismo cultural, turismo rural, entre outros segmentos que tenham como base o protagonismo da comunidade no planejamento e gestão da atividade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO



Ao levantarmos as manifestações de TBC no Estado do Paraná identificamos até o envio desta pesquisa trinta e sete iniciativas que trabalham dentro desse modelo de gestão ou próximos a ele. A maioria das iniciativas que operam dentro do modelo e se autodenominam como sendo de TBC estão localizadas em municípios no litoral do Estado. Os municípios da região litorânea que abrigam as manifestações de TBC são Guaraqueçaba, Antonina, Morretes, Paranaguá, Guaratuba e Pontal do Paraná.

As demais iniciativas no Estado estão operando a partir de comunidades locais com ações próximas ao modelo de TBC e, não se autodenominam como sendo de TBC. Essas iniciativas são a maioria e se localizam no interior do Estado. Os municípios que abrigam essas manifestações são: Matelândia; Capanema; São Miguel do Iguaçu; Palmeira; Irati; Londrina; Santa Mariana; Rolândia; Castro; Lapa; Guarapuava; Nova Aurora; Bituruna; Diamante d'Oeste; Cianorte; Turvo; Manoel Ribas; Assaí; Piraquara; São José dos Pinhais; Pinhalão; Tomazina; Carlópolis; Marialva; Francisco Beltrão; Araucária e Pitanga.

As trinta e sete iniciativas estão localizadas em trinta e três municípios paranaenses. Desses trinta e três municípios (Tabela 1) que possuem iniciativas de comunidades locais trabalhando com o turismo como uma ferramenta dinamizadora de seu desenvolvimento mais de 45% deles possuem até vinte mil habitantes.

Tabela 1: Paraná. Número de municípios com iniciativas de turismo em comunidades locais por classe, 2010.

Classes da população	Número de municípios por classe	Porcentagem
População até 20 mil habitantes	15	45.45%
De 20.001 até 50 mil	7	21.21%
De 50.001 até 100.000	5	15.15%
População maior que 100.000	6	18.18%
Total	33	100%

Fonte: IBGE Cidades (2021).

Org.: A autora.

Se incluirmos ainda os mais de 21% dos municípios com até cinquenta mil habitantes, considerados como de pequeno porte pelo IBGE, chegamos em mais de 66% dos municípios que possuem iniciativas de TBC ou próximas ao modelo localizadas em municípios de pequeno porte demográfico. Sabemos que não devemos nos limitar ao



porte demográfico para denominar uma cidade como pequena, afinal, o tema demanda maior complexidade (ENDLICH, 2017).

Para esta pesquisa definimos como corte municípios que apresentam população de até vinte mil habitantes sendo considerados como municípios de pequeno porte demográfico. Da totalidade dos municípios quinze deles possuem porte demográfico de até vinte mil habitantes. Desses quinze municípios, conforme dados do último censo do IBGE de 2010, Diamante d'Oeste possui o menor porte demográfico com uma população de 5.266 habitantes e, Capanema com 19.148 habitantes possui o maior porte (IBGE, 2021).

Com esse recorte selecionamos os índices IFDM; IDH-M; Índice de Gini e Índice de Exclusão Social³ para refletir sobre o contexto dos municípios que abrigam iniciativas de comunidades locais que decidem adotar o turismo como ferramenta de desenvolvimento. O primeiro índice levantado foi o índice Firjan de desenvolvimento municipal (IFDM)⁴. No IFDM consolidado, os quinze municípios apresentam em sua maioria desempenho moderado (Tabela 2). Matelândia é o único município que está na categoria alto e apenas Guaraqueçaba está na regular.

Tabela 2 - Paraná. IFDM dos pequenos municípios com iniciativas de TBC (ou próximas ao modelo), 2016.

³ Selecionamos esses índices para corroborar com estudos já realizados sobre os pequenos municípios no Estado do Paraná, nesse sentido, dando continuidade aos estudos sobre o tema. Para maiores esclarecimentos e reflexões sobre os índices, os pequenos municípios e o turismo sugerimos a leitura de Santos (2019) e Alves (2018).

⁴ Esse índice anual levanta as variáveis emprego e renda, saúde e educação dos municípios brasileiros “De leitura simples, o índice varia de 0 a 1 ponto para classificar o nível de cada localidade em quatro categorias: baixo (de 0 a 0,4), regular (0,4 a 0,6), moderado (de 0,6 a 0,8) e alto (0,8 a 1)” (SANTOS, 2020).



Município	IFDM – Consolidado	IFDM – Educação	IFDM – Saúde	IFDM – Emprego e renda
Matelândia	0.8070	0.8293	0.8227	0.7691
Nova Aurora	0.7893	0.8578	0.7947	0.7154
Capanema	0.7553	0.9250	0.6375	0.8235
Bituruna	0.7377	0.7487	0.8636	0.6007
Carlópolis	0.7279	0.8308	0.8161	0.5369
Tomazina	0.7247	0.7945	0.8872	0.4923
Santa Mariana	0.7147	0.7515	0.8538	0.5389
Assaí	0.7096	0.8723	0.8215	0.4351
Diamante d'Oeste	0.6800	0.7686	0.7869	0.4844
Pinhalão	0.6771	0.7141	0.7856	0.5317
Manoel Ribas	0.6639	0.7855	0.6935	0.5128
Turvo	0.6565	0.7830	0.7347	0.4517
Morretes	0.6495	0.6861	0.7669	0.4955
Antonina	0.6369	0.6860	0.6731	0.5518
Guaraqueçaba	0.5712	0.6509	0.6808	0.3819

Fonte: Firjan, 2021.

Org.: A autora.

Os municípios apresentam bom desempenho nos indicadores educação e saúde estando nas categorias moderado e alto. Porém, dois fatores nos chamam a atenção. O primeiro deles se trata do município de Guarqueçaba que apresenta desempenho baixo no indicador emprego e renda e, dentre os municípios observados possui desempenho regular no IFDM consolidado. No Paraná, além de Guarqueçaba os municípios de Corumbataí do Sul, São João do Tirunfo, Ivaí, Nova Laranjeiras e Imbaú possuem esse desempenho. Guarqueçaba está na posição 396º no ranking estadual do IFDM.

Somamos a essa observação a informação de que dentre os municípios levantados com iniciativas de comunidades trabalhando com o turismo, Guarqueçaba possui um dos maiores números de comunidades locais com iniciativas de gestão da atividade na escala do pequeno município. Foram levantadas quatro iniciativas até o momento. Os outros municípios do litoral com mais iniciativas são Paranaguá (com seis comunidades) e Morretes (com quatro comunidades). Paranguá, porém, possui um porte demográfico maior que Guarqueçaba e junto com Morretes possuem acesso mais facilitado e estão em categorias superiores a Guarqueçaba no mapa do turismo brasileiro⁵.

⁵ O Mapa do Turismo Brasileiro define a área a ser trabalhada prioritariamente pelo Ministério do Turismo no âmbito do desenvolvimento das políticas públicas. Além disso, os municípios são categorizados no intuito de identificar o desempenho da economia do setor nos municípios a partir de cinco variáveis cruzadas em uma análise de cluster (a- Número de estabelecimentos das ACT's em 2019; b- Quantidade de Empregos em Estabelecimentos de Hospedagem; c- Quantidade Estimada de Visitantes Domésticos; d- Quantidade Estimada de Visitantes Internacionais; e- Arrecadação de Impostos Federais a partir dos Meios



O segundo fator que chamou a atenção foi o indicador emprego e renda que na grande maioria dos municípios está na categoria regular destoando dos demais indicadores. Esse dado aponta que um dos maiores desafios dos pequenos municípios é a geração de trabalho e renda para a população local, fator que propicia a manutenção da vida nessas localidades. Estariam as iniciativas de turismo das comunidades locais, portanto, tentando vencer essa debilidade?

Com relação ao segundo índice selecionado que é o IDH-M⁶, os municípios de pequeno porte demográfico identificados no levantamento apresentam índice médio a alto com exceção de Guaraqueçaba que apresenta índice baixo (Tabela 3). Guaraqueçaba possui, também nesse índice, desempenho baixo no indicador renda. A respeito do indicador educação o índice é muito baixo. Os demais municípios também perdem desempenho ao observarmos os indicadores renda (reafirmando a observação feita para o indicador no IFDM) e educação embora estejam com índices de médio a alto para renda e, médio para educação. Nos chama a atenção o índice de longevidade que está na categoria muito alto na maioria dos municípios.

Tabela 3 - Paraná. Índice de desenvolvimento humano municipal (IDH-M) dos pequenos municípios com iniciativas de TBC (ou próximas ao modelo), 2010.

Município	IDHM 2010	IDHM renda 2010	IDHM longevidade 2010	IDHM educação 2010
-----------	-----------	-----------------	-----------------------	--------------------

de Hospedagem). Elas deram origem a cinco categorias (A,B,C,D e E) diretamente relacionadas à economia do turismo. Paranaguá está na categoria B; Morretes na categoria C e Guaraqueçaba na categoria D (BRASIL, 2021).

⁶ “O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH global – saúde, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros. Assim, o IDHM – incluindo seus três componentes, IDHM Longevidade, IDHM Educação e IDHM Renda – conta um pouco da história dos municípios em três importantes dimensões do desenvolvimento humano durante duas décadas da história brasileira. O IDHM é acompanhado por mais de 180 indicadores socioeconômicos que dão suporte à sua análise e ampliam a compreensão dos fenômenos e dinâmicas voltados ao desenvolvimento municipal. O índice é um número que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de um município” (IPEA, 2021).



Nova Aurora	0,733	0,726	0,844	0,642
Assaí	0,728	0,724	0,833	0,641
Matelândia	0,725	0,715	0,831	0,642
Manoel Ribas	0,716	0,725	0,806	0,628
Carlópolis	0,713	0,696	0,832	0,625
Capanema	0,706	0,719	0,801	0,611
Santa Mariana	0,700	0,684	0,804	0,624
Tomazina	0,699	0,661	0,829	0,622
Pinhalão	0,697	0,679	0,828	0,601
Antonina	0,687	0,686	0,838	0,564
Morretes	0,686	0,710	0,837	0,544
Turvo	0,672	0,668	0,828	0,549
Bituruna	0,667	0,645	0,829	0,556
Diamante D'Oeste	0,644	0,647	0,776	0,532
Guaraqueçaba	0,587	0,587	0,792	0,434

Fonte: Dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>.

Elaboração: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2020.

Org: A autora.

Com relação ao índice de Gini⁷ observamos uma situação oposta acontecendo com os municípios do estudo. Guaraqueçaba, por exemplo, que apresenta alguns dos índices baixos está com o índice de maior igualdade (Tabela 4).

Tabela 4 - Paraná. Índice de Gini pequenos municípios com iniciativas de TBC (ou próximas ao modelo), 2010.

Municípios	Índice Gini
Santa Mariana	0,42

⁷ “Instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza” (IPEA, 2021).



Morretes	0,40
Nova Aurora	0,39
Assaí	0,39
Matelândia	0,39
Carlópolis	0,39
Capanema	0,39
Tomazina	0,39
Antonina	0,39
Manoel Ribas	0,37
Pinhalão	0,37
Bituruna	0,37
Diamante D'Oeste	0,37
Turvo	0,36
Guaraqueçaba	0,36

Fonte: IBGE Cidades

Org.: A autora

Essa mesma situação ocorre com Turvo e Diamante d'Oeste. Por outro lado, municípios como Nova Aurora e Matelândia mesmo apresentando anteriormente bons índices, estão no topo da lista de desigualdade referente ao índice de Gini.

Para o Índice de Exclusão Social⁸ (Tabela 5) ficaram de fora os municípios de Assaí, Capanema, Carlópolis, Manoel Ribas, Matelândia, Nova Aurora. Esse é uma das deficiências do índice que conforme Santos (2019) aí reside um dos problemas em trabalhar com tais ferramentas, porém, são fundamentais para refletir as realidades a quem se propõem a isso. Para os demais municípios que possuem dados, Santa Mariana possui a melhor posição no ranking enquanto Antonina possui o menor índice.

Tabela 5 - Paraná. Índice de Exclusão Social dos pequenos municípios com iniciativas de TBC (ou próximas ao modelo), 2014.

Município	Posição Brasil	Índice de Emprego	Índice de Pobreza	Índice de Desigualdade	Índice de Analfabetização	Índice de Escolaridade	Índice de Juventude	Índice de Violência	Índice de Exclusão
Santa Mariana	1083º	0,579	0,755	0,707	0,726	0,463	0,648	0,958	0,694
Tomazina	2117º	0,350	0,656	0,665	0,739	0,356	0,643	1,000	0,626
Morretes	2468º	0,469	0,706	0,497	0,860	0,432	0,544	0,835	0,600

⁸ Para a construção do IFDM foram utilizados dados do Censo Demográfico 2010 (disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e do Sistema de Informações de Mortalidade 2010 (disponibilizado pelo Ministério da Saúde). O índice permite sintetizar alguns dos principais atributos da exclusão social provenientes de indicadores: pobreza, emprego, desigualdade, juventude, escolaridade e alfabetização e violência. O índice varia de zero a um sendo que as piores condições de vida equivalem a valores próximos a zero, enquanto as melhores situações sociais estão próximas de um (GUERRA; POCHMANN; SILVA (2014).



Pinhalão	2569°	0,253	0,702	0,603	0,770	0,395	0,608	0,916	0,594
Bituruna	2765°	0,521	0,583	0,589	0,856	0,272	0,462	0,869	0,576
Turvo	2819°	0,413	0,594	0,529	0,758	0,304	0,478	1,000	0,570
Diamante d'Oeste	2906°	0,379	0,587	0,577	0,662	0,259	0,487	1,000	0,562
Guaraqueçaba	3354°	0,316	0,421	0,596	0,682	0,219	0,471	1,000	0,520
Antonina	4081°	0,174	0,336	0,470	0,425	0,283	0,599	0,970	0,470

Fonte: Guerra; Pochmann; Silva (2014).

Org.: A autora.

Olhando com maior detalhamento para os indicadores observamos que o indicador de violência (taxa de homicídios por 100 mil habitantes) possui o melhor desempenho com números que se aproximam de 1 ou até mesmo chegam a 1. Na sequência o indicador de alfabetização (Taxa de alfabetização das pessoas de 5 anos ou mais de idade) possui números superiores a 0,680 exceto para Antonina. É partir do indicador de pobreza (proporção de domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de até 1/2 salário mínimo) seguido pelo indicador de desigualdade (índice Gini da renda domiciliar per capita da população residente) que identificamos queda nos desempenhos municipais.

Nos chamam a atenção, ainda, o indicador de concentração juvenil (Proporção da população com até 19 anos de idade); indicador de emprego (Proporção de trabalhadores com carteira de trabalho assinada e funcionários públicos estatutários na População Economicamente Ativa) e o indicador de escolaridade (proporção de pessoas com 17 anos ou mais que concluíram o ensino médio) que ficam com os desempenhos mais prejudicados se comparados aos demais. O indicador de concentração juvenil possivelmente se relaciona diretamente com o indicador de emprego, pois, a manutenção dos jovens nos municípios passa pela geração de trabalho e renda, além da disponibilidade de educação superior. O indicador de emprego no índice de exclusão social reafirma o desafio da geração de trabalho nessas localidades. O turismo de base comunitária possui como resultados positivos (em iniciativas onde ele já acontece) a geração de trabalho e renda e a manutenção dos jovens na sua localidade em razão da geração de oportunidades socioeconômicas e pela valorização das questões socioculturais locais.

Buscamos no estudo, para além dos índices discutidos, números do turismo que nos trouxessem mais informações sobre as realidades levantadas, sabendo que nossa intenção também é refletir sobre o setor nos pequenos municípios. Levantamos dados sobre o número dos estabelecimentos; a ocupação formal e a participação relativa na economia das atividades características do turismo (ACT's) que são: alojamento;



alimentação; transporte (terrestre, aquaviário, aéreo); aluguel de transporte; agência de viagem e cultura e lazer.

Todos os municípios estão nas categorias D e E no mapa do turismo brasileiro (Tabela 6) e apenas Pinhalão não está categorizado. Dos municípios do litoral observamos que apenas em Antonina houve decréscimo no número de estabelecimentos. Guaraqueçaba manteve e Morretes teve acréscimo. Nos demais municípios no interior do Estado, apenas Carlópolis teve acréscimo no número de estabelecimentos de 2012 para 2019 e os demais tiveram decréscimo.

Tabela 6 - Paraná. Número de estabelecimentos das ACT's nos pequenos municípios com iniciativas de TBC (ou próximas ao modelo), 2012 e 2019.

Município	Categoria no mapa do turismo brasileiro	Número de estabelecimentos das ACT's em 2012	Número de estabelecimentos das ACT's em 2019
Antonina	D	104	88
Assaí	D	33	32
Bituruna	D	48	36
Capanema	D	55	46
Carlópolis	D	56	60
Diamante d'Oeste	E	10	06
Guaraqueçaba	D	24	24
Manoel Ribas	D	38	25
Matelândia	D	59	32
Morretes	C	169	179
Nova Aurora	D	60	28
Pinhalão	Não categorizado	13	10
Santa Mariana	D	45	36
Tomazina	D	17	14
Turvo	D	31	28
Total		762	644

Fonte: Extrator Ipea (2019).

Org.: A autora.

No total de estabelecimentos das ACT's do ano de 2012 para 2019 houve queda no número desses estabelecimentos. Porém, com relação a ocupação formal das ACT's (Tabela 7) do total de empregos formais de 2012 para 2019 houve ligeiro acréscimo.

Tabela 7 – Paraná. Ocupação formal nas ACT's nos pequenos municípios com iniciativas de TBC (ou próximas ao modelo), 2012 e 2019.

Município	Ocupação formal nas ACT's em 2013	Ocupação formal nas ACT's em 2019
Antonina	218	208



Assaí	39	26
Bituruna	82	121
Capanema	58	88
Carlópolis	19	48
Diamante d'Oeste	3	2
Guaraqueçaba	15	14
Manoel Ribas	23	35
Matelândia	106	138
Morretes	355	411
Nova Aurora	25	16
Pinhalão	0	12
Santa Mariana	31	33
Tomazina	12	9
Turvo	36	49
Total	1.022	1.210

Fonte: Extrator Ipea (2019).

Org.: A autora.

Dos quinze municípios, nove deles tiveram aumento no número de empregos formais. Se o número de estabelecimentos sofreu queda e o número de empregos formais teve acréscimo a participação relativa na economia desses municípios obteve aumento (Tabela 8). Dos quinze municípios, nove deles tiveram aumento nesse quesito. Foram na maioria os mesmos municípios que tiveram aumento na ocupação formal, exceto Capanema. Já Assaí que perdeu número de estabelecimentos e ocupação formal teve ligeiro aumento na economia.

Tabela 8 – Paraná. Participação relativa na economia das atividades características do turismo (ACT's) nos pequenos municípios com iniciativas de TBC (ou próximas ao modelo), 2012 e 2019.

Município	Participação relativa na economia em 12/2012	Participação relativa na economia em 12/2019
Morretes	20,23%	23,21%
Antonina	13,00%	9,70%
Guaraqueçaba	5,81%	4,40%
Bituruna	2,43%	4,19%
Pinhalão	0,23%	2,78%
Turvo	1,53%	2,78%
Santa Mariana	2,17%	2,63%



Carlópolis	0,97%	2,40%
Manoel Ribas	2,30%	2,39%
Capanema	2,24%	2,22%
Assaí	1,12%	1,68%
Matelândia	1,57%	1,66%
Tomazina	1,11%	1,01%
Diamante d'Oeste	1,19%	0,67%
Nova Aurora	1,12%	0,54%

Fonte: Extrator Ipea (2019).

Org.: A autora.

Identificamos com os dados relativos às ACT's que embora todos os municípios sejam categorizados como D e E no mapa do turismo brasileiro e, embora tenham perdido estabelecimentos no período de 2012 a 2019, esses mesmos municípios estão aumentando o número de vagas formais no setor de turismo e também a participação relativa na economia tem, mesmo que discretamente, ganhado força na maioria dos municípios. Esse dado chama a atenção pois são municípios de pequeno porte demográfico com desafios a serem enfrentados, principalmente com relação a geração de trabalho e renda, como levantamos nos índices anteriores. O turismo no interior do Estado, especialmente, ganha força em municípios de pequeno porte demográfico.

Com relação a caracterização das manifestações de TBC, nas pequenas localidades identificadas, observamos que as comunidades locais tem se apropriado desse modelo de gestão para enfrentar desafios como: a escassez de trabalho e renda; a dificuldade em se estabelecer em seus territórios e mantê-los frente aos avanços da especulação imobiliária (dentre outros interesses); a demanda em preservar os recursos naturais existentes nessas localidades que são a base para a manutenção da vida local; a necessidade em manter e aumentar a qualidade de vida que acontece nessas localidades e também a necessidade em reproduzir seus modos de vida e produção.

Pudemos observar também que as comunidades locais fortaleceram a organização coletiva por meio do turismo, esse fenômeno refletiu no fortalecimento do sentimento de pertencimento dos indivíduos aos seus territórios e suas comunidades. Esse fato reforça que o trabalho coletivo e colaborativo pautado também no TBC está inclinando as comunidades a reconstruírem e/ou fortalecerem o prazer da vida em comum, por meio da divisão das responsabilidades, estabelecimento da confiança e partilha dos resultados positivos.



Por fim, consideramos que o turismo que se organiza nos moldes do protagonismo da sociedade local nos parece buscar a plena fruição do espaço social. O modelo de turismo que preconiza o desenvolvimento humano, é um modelo que serve como ferramenta de apropriação do espaço. Apropriação que se dá por meio do fortalecimento das tradições locais, da auto gestão dos recursos econômicos, da autonomia sobre as tomadas de decisão, da conexão e reconexão com seus recursos naturais, dentre tantas outras liberdades que, em Lefebvre (2016), tais realizações só são possíveis com a apropriação do espaço pelos cidadãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos nesse trabalho levantar as iniciativas de TBC que ocorrem atualmente no Estado do Paraná e caracterizar as localidades onde elas ocorrem. Como mapeamento das iniciativas observamos que a maioria dos projetos de TBC se localiza em municípios de pequeno porte demográfico em que das trinta e três iniciativas, quinze estão em municípios com até vinte mil habitantes e sete delas em municípios com até cinquenta mil habitantes. Sabemos que o porte demográfico não é o único parâmetro a ser utilizado para definir um município como pequeno, mas para essa pesquisa foi utilizada essa variável.

Dentre os municípios com até vinte mil habitantes um não está categorizado no mapa do turismo brasileiro; um está na última categoria (E) e os demais estão na categoria D. Isso indica que, apesar da política ser de maior incentivo a esses municípios, eles ainda demandam maior atenção dos organismos públicos de gestão do turismo, pois persiste a concentração em médias e grandes cidades no Estado e os pequenos municípios necessitam dos mais diversos investimentos para qualificar o setor e captar seus benefícios. Atualmente na realidade paranaense apenas cidades de porte médio e grande estão em categorias superiores, excetuando municípios do litoral que estão inseridos em um fluxo maior de turismo no Estado.

Com relação aos índices, confirmamos que o desafio de geração de trabalho e renda é o desafio mais acentuado nessas localidades e, também por esse motivo, nos parece que a alternativa da atividade turística tem se expandido para esses municípios, para além das grandes cidades. Com relação ao IDH-M e o Índice de Gini ao mesmo tempo que o primeiro apresenta bom desempenho na maior parte dos municípios, essas



mesmas localidades estão no topo da lista de desigualdade referente ao índice de Gini. E, contraditoriamente, em alguns casos como Guaraqueçaba, mesmo não apresentando bom desempenho no IDH-M, apresenta o melhor desempenho em relação a igualdade. Ao abordarmos o IFDM constatamos que os maiores desafios estão relacionados com escolaridade, a manutenção dos jovens nas localidades e a geração de renda.

Com relação aos números do turismo, identificamos que embora os estabelecimentos das ACT's tenham diminuído de 2012 para 2019, a ocupação de empregos formais e a participação relativa do turismo na economia teve ligeiro acréscimo. Sabemos que a informalidade do setor é alta como já afirmou Alves (2018) e, que esses números precisam ser melhor analisados olhando para as realidades de cada município. Porém, observando os índices disponíveis consideramos que esses pequenos municípios estão, mesmo que timidamente, lançando mão da atividade como uma das alternativas de desenvolvimento.

Concordamos com Alves (2018) que os trabalhos que abordam os pequenos municípios e sua relação com o turismo demandam maior expansão e outras análises devem ser feitas para aprofundar essas discussões. Reforçamos ainda, que os índices, embora apresentem parte da realidade, não contemplam o todo e estudos que levantem mais informações são indispensáveis. Ilustramos essa questão apontando que, embora o Índice de Exclusão Social tenha demonstrado que o indicador violência possui bom desempenho os pequenos municípios não são tão seguros quanto parecem ser (FERNANDES, 2017).

Dessa mesma forma, embora os números tragam alguns indicativos sobre os pequenos municípios estudados e sobre o setor de turismo é necessário compreender melhor essas realidades e aprofundar as observações sobre elas ao tratamos da atividade. Seguimos, portanto, refletindo os efeitos do TBC para as pequenas localidades no Estado do Paraná avaliando os limites e possibilidades do TBC para o desenvolvimento de pequenas localidades.

REFERÊNCIAS

ALVES, L. M. **O turismo e suas implicações em municípios de pequeno porte demográfico da região turística noroeste do Paraná**. Maringá: UEM, 2018. 303 f. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós Graduação em Geografia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, 2018.



BRASIL. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil (AtlasBr). **Índice de Desenvolvimento humano municipal**. Disponível em: <<https://www.atlasbrasil.org.br/consulta>>. Acesso em mai. 2021.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): **IBGE Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em abr. 2021.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): **Dados e análises. Sobre o IDHM**. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/sites/22-idhm/50-sobre-o-idhm>>. Acesso em jun. 2021.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): **Extrator de dados ipea**. Disponível em: <<http://extrator.ipea.gov.br/>>. Acesso em jun. 2021.

BURSZTYN, I. **Políticas públicas de turismo visando a inclusão social**. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção), Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

CABANILLA, E. **Configuración socio-espacial del turismo comunitario. Caso república del Ecuador**. Bahia Blanca: Universidad Nacional del Sur, 2016. 517 f. Tese (Doutorado em Geografia), Departamento de Geografía y Turismo, 2016.

FERNANDES, P. H. C. **Um espectro ronda as pequenas cidades: o aumento da violência e da insegurança objetiva**. Maringá: UEM, 2017. 526 f. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós Graduação em Geografia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, 2017.

FIRJAN. **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM)**. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=PR&IdCidade=410470&Indicador=1&Ano=2016>>. Acesso em abr. 2021.

GRIM, I. J.; CIOCE, C. A. S. Turismo de base comunitária: convivencialidade e conservação ambiental. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, n. 19, p. 57-68. 2013.

GIAMPICCOLI, A; KALIS, J. H. Community-based tourism and local culture: the case of the amaMpondo. **Revista Pasos de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 10, nº 1, p. 173-188, 2012.

GUERRA, Alexandre; POCHMANN, Marcio; SILVA, Ronnie Aldrin. Atlas da exclusão social no Brasil: dez anos depois. São Paulo: Editora Cortez, 2014.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro. 2016.



MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R; SAN SOLO, D. G; BURSZTYN, I. (Orgs). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

SANTOS, D. C. **A criação de municípios na década de 1990: implicações socioespaciais no âmbito da associação dos municípios do vale do Ivaí - AMUVI 2019**. Maringá: UEM, 2020. 173 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós Graduação em Geografia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, 2020.